

CONSÓRCIO

HYDROS **ORIENTA**



ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA) PARA IMPLANTAÇÃO DO PORTO SUL EM ILHÉUS

RELATÓRIO COMPLEMENTAR 02 - CONSIDERAÇÕES SOBRE «MEEIROS» E TRABALHADORES RURAIS NA ESTRUTURA PRODUTIVA DE ILHÉUS, NA ADA E ENTORNO DO PORTO SUL/ COMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE REASSENTAMENTO E DE DESAPROPRIAÇÃO/ ÁREAS EM ESTUDO PARA REASSENTAMENTO

**RELATÓRIO COMPLEMENTAR 02 – CONSIDERAÇÕES SOBRE
“MEEIROS” E TRABALHADORES RURAIS NA ESTRUTURA
PRODUTIVA DE ILHÉUS, NA ADA E ENTORNO DO PORTO SUL/
COMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE REASSENTAMENTO E
DE DESAPROPRIAÇÃO/ ÁREAS EM ESTUDO PARA
REASSENTAMENTO**

APRESENTAÇÃO

Este relatório complementa o Estudo de Impacto Ambiental do Porto Sul, ao agregar informações ao Relatório Complementar 01, protocolado no dia 15 de dezembro de 2011 em atendimento a questionamentos formulados em reunião datada de 18 de novembro de 2011.

O relatório está organizado em três partes: uma primeira, que aborda em linhas gerais o perfil dos meeiros e trabalhadores rurais da ADA e entorno; a segunda, que reapresenta o Programa de Reassentamento e o Programa de Desapropriação constantes do EIA, com complementações (destacadas em *itálico*) que se reportam a compromissos e indicações de procedimentos para com esses grupos sociais no desenvolvimento e implementação na próxima etapa do licenciamento ambiental; e a terceira, contendo a indicação de áreas em estudo que poderão se constituir em alternativas para o reassentamento.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	i
1 CONSIDERAÇÕES SOBRE “MEEIROS” E TRABALHADORES RURAIS NA ESTRUTURA PRODUTIVA DE ILHÉUS, NA ADA E ENTORNO DO PORTO SUL	3
2 PROGRAMAS DE REASSENTAMENTO E DESAPROPRIAÇÃO.....	5
3 ÁREAS PARA REASSENTAMENTO EM ESTUDO	11

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 - Cronograma para as Etapas de Implantação e Operação do Programa	9
Quadro 2.2 - Cronograma para as Etapas de Implantação e Operação do Programa	10
Quadro 3.1 - Áreas em Estudo para Reassentamento pela CDA	12
Quadro 3.2 - Novas Áreas Indicadas para Reassentamento.....	13
Quadro 3.3 - Área para Reassentamento em Estudo pelo Incra.....	14

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE “MEEIROS” E TRABALHADORES RURAIS NA ESTRUTURA PRODUTIVA DE ILHÉUS, NA ADA E ENTORNO DO PORTO SUL

- Considerações gerais sobre a Estrutura de Produção Local

A região de Ilhéus e Itabuna se caracterizou economicamente ao longo do século XX pela centralidade desempenhada pela cultura do cacau. Até a década de 1940, a economia de todo o estado ficou atrelada à produção de alguns commodities minerais e agrícolas, entre eles o cacau (ALMEIDA, 2008)¹.

Segundo este autor, uma das grandes questões colocadas pela dependência da produção de commodities, produtos com um nível baixo de agregação de valor, são as bruscas variações da demanda e dos preços nos mercados internacionais, para além do aparecimento de novos concorrentes. Nesse sentido, é comum que as produções agrícolas e minerais sofram com flutuações cíclicas. Em alguma medida, isso resume um pouco da história da produção do cacau na Bahia ao longo de todo o século passado.

Até os anos sessenta, a economia cacauzeira produziu um volume considerável de excedente, que no entanto, não foi suficiente para estimular o desenvolvimento de outras modalidades produtivas mais modernas e de maior capital acumulado, como as atividades industriais e de serviço. Além dessa economia não ter gerado uma “massa crítica” (ALMEIDA, 2008, p. 14) suficiente, a concentração do modelo produtivo contribuiu para que as transformações ocorressem basicamente em torno das cidades de Ilhéus e Itabuna. Ainda assim, é possível dizer que a economia da região permaneceu fundamentada na cultura cacauzeira.

As contradições dessa centralização só vieram a ser sentidas de maneira mais profunda na segunda metade da década de oitenta, quando a vassoura de bruxa quase dizimou a cacauicultura da região. Mesmo com todos os esforços da CEPLAC – Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacauzeira, criada desde 1962, a cultura cacauzeira entrou em uma fase de retração, que teve inúmeros impactos sobre a estrutura social dos municípios de Ilhéus e Itabuna.

- Situação encontrada na ADA e entorno

A zona rural que compõem a ADA do Porto Sul vive ainda as consequências da crise da cultura do cacau, de modo que é possível dizer que, em geral, a sua economia rural passou por estágios de regressão, voltando-se para atividades de baixa produtividade, baixo emprego de tecnologias e em sua grande parte voltada para a subsistência. Foi possível caracterizar essa realidade a partir das observações diretas e das entrevistas realizadas com os moradores da região.

Ainda existem médias propriedades que cultivam o cacau como principal produto. No entanto, essa atividade já não incorpora o mesmo capital, nem mobiliza a mesma mão de obra, ainda que boa parte dos trabalhadores rurais encontrados vivesse da venda da sua força de trabalho para os produtores de cacau, principalmente na época da colheita e limpeza do cacau. A contratação de diarista, contudo é limitada às médias propriedades existentes, embora a atividade de agricultura familiar permita a contratação de mão de obra ocasional.

Pelo que consta, o grosso da economia do cacau não se pauta em relações de trabalho assalariadas, mas no trabalho por tarefa, geralmente pago diariamente ou por semana. Embora haja meeiros trabalhando na produção do cacau, isso não parece ser central.

¹ ALMEIDA, Paulo Henrique. A economia de Salvador e a formação da sua região metropolitana. IN: CARVALHO, Inaiá M. M. de; PEREIRA, Gilberto Corso. *Como anda Salvador e sua região metropolitana*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 13-52.

Como a cultura principal entrou em declínio, outra parte considerável da população dessa zona rural se volta para as pequenas atividades rurais: extrativismo vegetal e animal (basicamente a pesca) e o plantio de produtos como banana, cajá, abacate, manga, coco, jambo, acerola, goiaba, cupuaçu, graviola, aipim e cacau, entre outros. Boa parte dessa produção é voltada para subsistência e o excedente gerado é vendido nas feiras ou no mercado de Ilhéus contribuindo para o abastecimento da zona urbana.

Muitos dos trabalhadores rurais entrevistados e mesmo os trabalhadores da zona urbana, mas que moram nas comunidades rurais, afirmaram possuir suas próprias roças. Em todas as localidades da AEE e na ADA, os entrevistados também afirmaram haver pequenas propriedades. A cultura do cacau se desenvolveu em latifúndios bastante concentrados, de modo que essa estrutura de propriedade ainda está presente e é muito provável que parte das roças descritas pelos entrevistados sejam, de fato, áreas utilizadas pelos trabalhadores rurais na condição de meeiros.

Na ADA especificamente, os pequenos agricultores (agricultor familiar) não têm meeiros. Usam a mão de obra familiar e também trocam serviços com os vizinhos.

Em algumas pequenas e médias propriedades observa-se a existência de relações com agricultores meeiros que envolvem um contrato registrado em cartório estabelecendo prazo. Nestas relações, o dono da propriedade divide ao meio a produção com o meeiro que arca com toda despesa da produção. É comum esse agricultor meeiro manter também para seu próprio consumo, uma pequena roça em área cedida pelo proprietário, ou então possuir um pequeno lote de terra vizinho à propriedade, onde cultiva produtos para sua subsistência.

Na área do Assentamento Bom Gosto não foram observadas relações de produção envolvendo meeiros.

Na época da colheita e limpeza do cacau são contratados serviços temporários por tarefa ou diária em geral por tarefa, mas apenas os médios proprietários os contratam.

2 PROGRAMAS DE REASSENTAMENTO E DESAPROPRIAÇÃO

Programa de Reassentamento (Ref. Item 11.2.36 no EIA) com Complementações

Descrição, Objetivos e Justificativa

O programa de reassentamento envolve as ações necessárias para viabilizar condições adequadas de produção e moradia para as famílias de agricultores hoje instaladas na ADA do empreendimento, na nova área onde serão reassentadas.

Serão reassentadas todas as famílias de assentados ou agricultores familiares hoje instaladas em áreas comprometidas pelas instalações ou operação do Porto.

Em reuniões de pactuação com lideranças de agricultores na linha de condução dialogada do processo de reassentamento das famílias e também nas reuniões técnicas com órgãos envolvidos, algumas premissas foram estabelecidas:

- Associação ao programa de reassentamento de uma política de garantia de renda quando da mudança para outra área, até que os reassentados comecem a produzir e alcancem as condições de subsistência que têm atualmente;
- Consideração às situações de partilha de terras e co-habitação;
- Levar em conta as relações de vizinhança, os vínculos produtivos e socioculturais.
- *Consideração aos chamados “meeiros” e trabalhadores rurais que não têm a propriedade da terra, mas vivem e produzem nela;*
- Condução participativa do processo;
- Humanidade e Sustentabilidade como princípios dos projetos de reassentamento;
- Apenas em casos excepcionais e por interesse do agricultor será utilizado do dispositivo da desapropriação com indenização;
- Apoio técnico às famílias reassentadas para continuarem sua produção.

O Programa tem como objetivo garantir às famílias que terão suas propriedades e posses comprometidas pelas instalações e operação do Porto Sul, a compensação correspondente às perdas de patrimônio, produtivas e sociais e culturais, proporcionando condições materiais e sociais que representem melhorias em relação à situação do local de origem.

A área preferencial para a implantação do Porto Sul no distrito de Aritaguá tem na ADA um assentamento implantado em Itariri - o Assentamento Bom Gosto - e diversos agricultores familiares instalados em pequenos lotes.

Os estudos realizados mostraram que grande parte dos imóveis existentes na área onde será implantado o Porto Sul tem dimensões pequenas e se prestam à subsistência de famílias de agricultores que ali trabalham.

O Assentamento Bom Gosto foi implantado pelo INCRA há 11 anos e é formado por 40 famílias que produz cada uma em 10,5 hectares de terra. Hoje o assentamento conta com 68 famílias de agricultores.

As 40 casas existentes são construídas de bloco, têm banheiro, mas algumas não estão concluídas e em geral são precárias. O abastecimento de água é feito através de poço e apenas poucos

moradores têm bomba para canalizar a água para suas residências. Nem todas as casas têm fossa e o lixo é queimado.

As famílias plantam banana, acerola, aipim, goiaba, cupuaçu, coco, graviola, entre outros. A produção é vendida na feira, mas é principalmente direcionada para uma cooperativa, a COOFASULBA – Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia.

Nas reuniões realizadas com os agricultores ficou estabelecido o compromisso do Governo do Estado de assegurar melhores condições de infraestrutura e de produção nas áreas onde serão reassentados. Para isso estão sendo realizadas pesquisas de terras nas proximidades, com bom potencial produtivo, em um processo dialogado com as representações dos assentados e agricultores familiares. Também estão sendo feitas gestões junto a órgãos do Estado na esfera federal, a exemplo do MDA e INCRA, pelo Governo do Estado, para estabelecer parcerias que garantam as salvaguardas socioeconômicas, culturais e sociais no processo de reassentamento.

Fase de Implementação

O Programa de Reassentamento deverá ser executado ainda na Fase de Planejamento e ter continuidade até a Fase de Operação, com apoio técnico e acompanhamento pós-ocupação.

Característica da Medida de Gestão

Este Programa é uma medida de caráter corretivo e de alta eficácia desde que garantidas condições de vida e atividade produtiva melhores do que as atuais.

Atividades Previstas

Atividades Gerais:

1. Celebração de Convênio envolvendo o estado da Bahia (Casa Civil, SEAGRI, SEDES, SEDUR, EBDA, CDA e Derba) e União (MDA, MDS INCRA, SAF) para o desenvolvimento de ações junto aos assentados e agricultores afetados pelo empreendimento, acompanhado de um plano de trabalho apresentado na forma de um Caderno de Investimentos que contemple as responsabilidades e aportes financeiros de cada um dos órgãos;
2. Realização de estudo de viabilidade para verticalização dos processos de produção;
3. Elaboração de Projeto de Revegetação da área remanescente do Porto Sul para ser executado em parceria com as cooperativas locais (COOTEBA, COOFASULBA e outras) e com a Biofábrica, como medida de geração de renda;
4. Viabilização de cestas básicas para os agricultores;
5. Prestação de assistência técnica aos agricultores.

O Programa se estrutura e se desenvolve em três linhas distintas, porém articuladas, como segue:

Linha de Ação 1 – Relocação do Assentamento Bom Gosto

Linha de Ação 2 - Reassentamento de Agricultores Familiares

Linha de Ação 3 - Desapropriação

• Atividades da Linha de Ação 1 – Relocação do Assentamento Bom Gosto

- Definição de procedimentos para o reassentamento das famílias do Assentamento Bom Gosto.
- Pesquisa fundiária de alternativas de áreas para o novo assentamento, considerando as necessidades dos agricultores.
- Constituição de Comissão de Avaliação pelo INCRA para proceder a avaliação das terras e das benfeitorias.
- Aquisição da área para o novo assentamento.
- Efetivação de permuta de área entre o empreendedor e o INCRA.
- Elaboração de Plano de Reassentamento detalhado contendo o diagnóstico das características físicas e socioeconômicas do assentamento e o planejamento geral do novo assentamento.
 - *Realização de diagnóstico socioeconômico detalhado, envolvendo o cadastro dos assentados, agregados e posseiros, uma pesquisa sobre o perfil e quantitativo estimado da produção, as relações de trabalho, formas de produção e comercialização, utilização de equipamentos, renda dos agricultores, oferta e demanda por serviços e equipamentos sociais.*
 - *Realização de diagnóstico físico detalhado, envolvendo o cadastro dos imóveis, condições de moradia (habitação e infraestrutura) e localização, benfeitorias existentes para os assentados, agregados e posseiros.*
- Elaboração de Projeto do novo assentamento contendo:
 - Projeto do parcelamento e projetos arquitetônicos das unidades habitacionais, equipamentos sociais e de apoio produtivo;
 - Projeto Agrícola;
 - Projeto Técnico Social;
 - Projeto de Regularização Fundiária.
- Quitação dos débitos bancários dos agricultores junto ao PRONAF.
- Orientação técnica para aquisição de novos empréstimos.
- Implementação do novo assentamento.
- Definição e provisão de subsídio até o agricultor alcançar a autonomia financeira, com os ganhos da colheita que garantam a sua subsistência e da sua família.
- Acompanhamento pós-ocupação.

• Atividades da Linha de Ação 2 - Reassentamento de Agricultores Familiares (área de até 35ha)

- Definição de procedimentos para o reassentamento dos agricultores familiares, com lotes na ADA que sejam comprometidos com instalações ou com a operação do porto.
- Pesquisa fundiária de alternativas de áreas para reassentamento considerando as necessidades dos agricultores.
- Avaliação das terras para reassentamento e das benfeitorias existentes.
- Aquisição das áreas.
- Elaboração de Plano de Reassentamento detalhado contendo o diagnóstico das características socioeconômicas dos agricultores familiares e o planejamento geral da ação.

- *Realização de diagnóstico socioeconômico detalhado, envolvendo o cadastro dos agricultores, uma pesquisa sobre o perfil e quantitativo estimado da produção, as relações de trabalho, inclusive troca de serviços, formas de produção e comercialização, utilização de equipamentos, renda dos agricultores, oferta e demanda por serviços e equipamentos sociais.*
- *Realização de estudo específico sobre a mão de obra temporária: perfil dos trabalhadores temporários, representatividade da renda gerada com o trabalho na agricultura familiar, outras formas de trabalho e renda.*
- *Caso sejam identificados meeiros no estudo detalhado mencionado, deve ser feito estudo específico que avalie a quantidade e o perfil desses trabalhadores, as condições de trabalho, produção, renda gerada e relação contratual desse grupo.*
- *Realização de diagnóstico físico detalhado, envolvendo o cadastro dos imóveis, condições de moradia (habitação e infraestrutura) e localização, benfeitorias existentes para os agricultores.*
- *Estruturação de projeto de geração de renda para os trabalhadores rurais temporários de forma a assegurar trabalho e renda para esses agricultores.*
- *Estruturação de projeto de geração de renda para meeiros eventualmente identificados quando do diagnóstico detalhado, que poderá se configurar na inclusão em projetos de reassentamento para os pequenos agricultores identificados na ADA considerando as especificidades de cada caso.*
- **Elaboração de Projeto de Reassentamento:**
 - *Projetos arquitetônicos das unidades habitacionais, equipamentos sociais e de apoio produtivo;*
 - *Projeto Agrícola;*
 - *Projeto Técnico Social;*
 - *Projeto de Regularização Fundiária.*
 - *Garantia de acesso a crédito alternativo para aqueles que já utilizaram linhas de financiamento do PRONAF e quitação de débitos existentes.*
 - *Orientação técnica para aquisição de novos empréstimos.*
 - *Definição e provisão de subsídio até o agricultor alcançar a autonomia financeira.*
 - *Implantação do Projeto de Reassentamento.*
 - *Acompanhamento pós-ocupação.*

- **Atividades da Linha de Ação 3 - Desapropriação**

O dispositivo da desapropriação somente será utilizado no caso de opção declarada e justificada pelo agricultor familiar ou assentado, de receber indenização. Essa restrição se impõe como precaução no sentido de evitar que o agricultor fique desamparado e sem terra para garantir o seu sustento e da sua família.

A desapropriação consiste na aquisição de imóvel pelo Derba com justa indenização da terra e benfeitorias. O processo é iniciado com o Decreto de Utilidade Pública, mas se desenvolve em etapas de avaliação das áreas e das benfeitorias existentes, negociação de preço, aquisição das áreas, de preferência amigável, e desocupação.

Deve haver e acompanhamento técnico social com avaliação sistemática de pós-ocupação para que a família não volte à condição de sem terra.

Cronograma

O **Quadro 2.1** apresenta o cronograma para as etapas de implantação e operação do programa.

Quadro 2.1 - Cronograma para as Etapas de Implantação e Operação do Programa

Marcos	Evento associado ao Empreendimento
Início do Programa e Elaboração dos Projetos de Reassentamento	Após a emissão da LP
Conclusão do Reassentamento	Antes do início das obras do Porto Sul
Conclusão do acompanhamento Pós-ocupação	10 anos depois de concluído o reassentamento.

Responsáveis pela Implantação

A responsabilidade direta é do empreendedor. Entretanto, o êxito deste Programa depende de articulação entre os diversos órgãos do Estado e da União, além da participação direta da Prefeitura Municipal de Ilhéus.

Programa de Desapropriação (Ref. Item 11.2.37 no EIA) com Complementações

Descrição, Objetivos e Justificativa

O Programa de Desapropriação consiste nas atividades realizadas pelo empreendedor com o objetivo de expropriar e desocupar a área para a implantação do Porto. *Envolve as ações necessárias para a aquisição das propriedades integrantes do mosaico de propriedades que formam a ADA com tamanho superior a 35ha.* Contempla também desapropriações de imóveis eventualmente localizados em áreas afetadas pela implantação de acessos rodoviário e ferroviário.

O Programa contempla, portanto, a definição das ações para a efetivação da liberação da área e a gestão do processo de desapropriação para viabilizar a implantação do Porto. Esse processo deve ser desenvolvido com todas as salvaguardas sociais e ambientais, ou seja, com garantia dos direitos dos proprietários e resguardados os interesses públicos e sociais envolvidos.

É objetivo do Programa, desocupar as áreas ocupadas por médias propriedades dentro da ADA (as quais não serão objeto de reassentamento), garantindo a justa indenização do patrimônio e benfeitorias aos proprietários que terão os seus imóveis expropriados em razão da implantação do Porto.

Para a implantação do empreendimento e seus acessos o empreendedor deverá adotar os procedimentos técnicos e jurídicos necessários para efetivar a desocupação das áreas comprometidas. Por decisão de governo os pequenos proprietários ou posseiros da área serão reassentados e os médios proprietários, para os quais esse Programa é orientado, terão suas terras desapropriadas e receberão, por isso, justa indenização.

Fase de Implementação

O Programa de Desapropriação deverá ser realizado na Fase de Planejamento e ser concluído antes do início da Fase de Implantação do empreendimento.

Característica da Medida de Gestão

O Programa de Desapropriação é uma ação corretiva de alta eficácia.

Atividades Previstas

- Publicação do Decreto de Utilidade Pública.
- Pesquisa fundiária em cartórios.
- Diálogo com os proprietários para prestar os devidos esclarecimentos.
- Avaliação das áreas e das benfeitorias existentes.
- Negociação de preço e aquisição das áreas, de preferência amigável.
- Desocupação.
- Elaboração de Projeto de Assistência ao Trabalhador Rural e “Meeiros”
 - *Realização de estudo específico sobre a mão de obra temporária: quantidade e perfil dos trabalhadores temporários, representatividade da renda gerada com o trabalho, outras formas de trabalho e renda, dentre outras informações avaliadas como necessárias.*
 - *Realização de estudo específico sobre os chamados “meeiros” que avalie a quantidade e perfil desses trabalhadores, as condições de trabalho, produção, renda gerada e relação contratual desse grupo, dentre outras informações avaliadas como necessárias.*
 - *Estruturação de projeto de geração de renda para os trabalhadores rurais temporários de forma a assegurar trabalho e renda para esses agricultores após a desapropriação dos imóveis.*
 - *Estruturação de projeto de geração de renda para meeiros que poderá se configurar na inclusão em projetos de reassentamento voltados para os pequenos agricultores identificados na ADA, considerando as especificidades de cada caso.*

Cronograma

O **Quadro 2.2** apresenta o cronograma para as etapas de implantação e operação do programa.

Quadro 2.2 - Cronograma para as Etapas de Implantação e Operação do Programa

Marcos	Evento associado ao Empreendimento
Pesquisa fundiária	Após a emissão da LP
Negociação com os proprietários, aquisição da área ou imissão de posse.	Antes do início das obras do Porto Sul

Responsáveis pela Implantação

A responsabilidade da implantação do programa é do empreendedor.

3 ÁREAS PARA REASSENTAMENTO EM ESTUDO

São apresentados a seguir, quadros com as áreas identificadas e/ou em estudo que poderão abrigar famílias a serem reassentadas em razão da implantação do empreendimento. Cabe salientar que se trata de um levantamento preliminar e que a sistematização aqui apresentada visa apenas a informar o Incra sobre o andamento das pesquisas de áreas com localização adequada e potencial produtivo para abrigar projetos de reassentamento no entorno da ADA.

Quadro 3.1 - Áreas em Estudo para Reassentamento pela CDA

Nº	Nome Proprietário / Posseiro	Nome da Propriedade	Tamanho (em ha)	Localização do Imóvel/ Descrição das Benfeitorias	OBSERVAÇÃO
01	Márcia Elaine Oliveira Fontes	Fazenda Realidade	150,0	Estrada de Aritaguá/ Sambaituba	Desistência por discordância entre Herdeiros. A família não tem pretensão de venda.
02	Augusto Ribeiro de Macedo (Espólio)	Fazenda Santa Margarida	77,0	A 500m da Sede da Associação de Itariri	Vistoria agendada para Janeiro/2012 Proprietário reside em Itapetinga. Tem total interesse pela venda.
03	Abelardo Ribeiro dos Santos (medido 327)	Fazenda Morro das Pedras	534,7876	Região de Urucutuca, Vila Campinhos. 30 ha de Cacau, 150 h de Pasto, 07 casas, 01 curral, 01 Barçaça.	Demonstra interesse na venda. Área a vistoriar.
04	Abelardo Ribeiro dos Santos	Fazenda Lindo Jardim	122,0	Região do Lava Pés. 18 há de cacau, 02 barçaças com casa.	Demonstra interesse na venda. Área a vistoriar.
05	Emília Vagner Cardoso viúva de Dr. Juraci Cardoso (medido 325)	Fazenda Rancho da Paz	58,8626	Frente no Povoado de São João estrada de Aritaguá e fundo na estrada da Carobeira. Ponto 45 cacau 20,0ha, 24L0489764 UTM8374355, ponto 47 - 01 barçaça e 03 casas 24L0491860 UTM8374652	Demonstra interesse na venda. Área a vistoriar.
06	Marcos Matos	Fazenda São Marcos	363,0	Divisa com Fazenda Tijuca, Ponta da Tulha.	O proprietário faleceu. Herdeiros a definir situação. Vistoria agendada para janeiro/2012.
07	Grupo Chaves	Fazenda Lagoa Pequena	760,0	Região de Castelo Novo	Será agendada reunião com a Diretoria do Grupo em Itabuna para maiores esclarecimentos. Possibilidade da existência de outra área disponível para venda. Vistoria em janeiro/2012.
08	Eduardo Cardoso		160,0	Estrada de Itariri	Existem fortes impedimentos para a venda, litígio entre herdeiros etc.
09	Eduardo Cardoso		100,0	Estrada de Itariri	Desinteresse pela venda, só possibilidade futura.
10	Zequinha Badaró		300,0	Entrada de Itariri vizinho a Eduardo Cardoso, próximo ao Acampamento Unidos Venceremos.	O proprietário afirmou que existem impedimentos para venda. Processo de desapropriação no INCRA; dívidas, ocupações etc. Não tem interesse em vender.

Fonte: CDA, 2011.

Quadro 3.2 - Novas Áreas Indicadas para Reassentamento

Nº	Nome Proprietário / Possuidor	Nome da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel/ Descrição das Benfeitorias
11	Herdeiros de Nilton Rodrigues. Hoje pertence ao Sr. Isidoro Lo-Re.	Sem informação	100,00 ha	Entrada de Itariri, próximo à Lagoa. O Proprietário mora em São Paulo.
12	José Ribeiro da Cruz	Ver cadastro	35,00 ha	Em frente à Sede da Associação dos Produtores Rurais de Itariri.
13	Sem informação	Fazenda Bom Sucesso	Sem informação	Próximo a Localidade de Castelo Novo.
14	Sem informação	Fazenda Serra Peleira	Sem informação	Localidade de Castelo Novo, próximo ao Grupo Chaves.
15	Eduardo Sobral	Fazenda Jaqueline	Sem informação	Vila Campinhos, vizinho à Fazenda Morro das Pedras de Abelardo.

Fonte: CDA, 2011.

Quadro 3.3 - Área para Reassentamento em Estudo pelo Incra

Nº	Nome Proprietário / Posseiro	Nome da Propriedade	Tamanho (em ha)	Localização do Imóvel/ Descrição das Benfeitorias	OBSERVAÇÕES
01	José Mário Bastos Guimarães	Fazenda Tijuca	Área total: 994,3804 ha. Área desapropriada (Dec. nº 10.917/08): 418,9851 ha. Área remanescente: 575,3953 ha.	Distrito de Aritaguá – Ilhéus Acesso: 7,5 km da BA001 Benfeitorias: <ul style="list-style-type: none"> • Imóvel cortado por estrada municipal e vicinal; • Bem servida de recursos hídricos; • Possui energia elétrica; • Atividade principal do imóvel é a lavoura de cacau; • Atividade secundária é a criação de búfalos; • Possui sede, casas, secadores e barcaças funcionais. Aspectos Produtivos do cacau <ul style="list-style-type: none"> • Roças com aproximadamente 20-30 anos; • Adensamento entre 700 a 1000 plantas/ha; • Tratos culturais de regular a bom (poda e roçagem); • Muito pouca incidência de vassoura-de-bruxa; • Cacau tipo comum/ parazinho; • Muito pouco cacau clonado. 	A área apresenta restrições ambientais. O imóvel abriga 18 famílias de trabalhadores rurais (maior parte meeiros) em um total de 53 pessoas, sendo 23 crianças. Área em situação de conflito social pela presença de acampamento do MLT.

Fonte: Incra, Relatório Preliminar de Avaliação da Capacidade de Assentamento da Fazenda Tijuca, 2011.